

Ofício **5776** /2013/DIFIS/PREVIC

Brasília (DF), **16** de dezembro de 2013

À Senhora

Claudia Muinhos Ricaldoni

Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão - ANAPAR
SCS, Qd. 06, Bloco "A", Ed. Carioca, nº 250, Salas 708/709
70325-900 – Brasília/DF

Assunto: Denúncia

Referência: Processo nº: 44011.000285/2013-58

Senhora Presidente,

1. Fazendo referência ao Ofício nº 3915/2013/CGCP/DIFIS/REVIC, de 05/09/2013, que trata de denúncia protocolizada por essa Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão – ANAPAR, por intermédio da qual informa que a entidade estaria descumprindo cláusulas regulamentares do Plano CPqDPrev, cumpre-nos informar a V.Sa. que seu recurso fora apreciado e acolhido pelo Diretor de Fiscalização.
2. Assim sendo, de ordem do Sr. Diretor de Fiscalização, encaminho-lhe cópia do Despacho nº 35/2013/DIFIS/PREVIC, de 12 de dezembro de 2013, para conhecimento.

Atenciosamente,



Geraldo Vicente da Silva
Coordenador-Geral de Controle de Processos
Diretoria de Fiscalização

DESPACHO nº 35/2013/DIFIS/PREVIC

PROCESSO Nº: 44011.00285/2013-58
RECORRENTE: Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR
RECORRIDO: Fundação SISTEL de Seguridade Social – SISTEL
ASSUNTO: Denúncia – descumprimento de regulamento

1. Trata-se de recurso apresentado pela Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (ANAPAR) por meio do Of. 111/13, datado de 25/09/2013, protocolado sob o comando SIPPS nº 371357710, contra a decisão do Coordenador-Geral de Controle de Processos (CGCP) que indeferiu a denúncia apresentada em face da SISTEL.
2. De acordo com a denúncia apresentada pela ANAPAR a Fundação SISTEL estaria em situação irregular uma vez que o artigo 51 do Regulamento do Plano de Benefícios determina que a taxa de juros utilizada na avaliação atuarial seja de 6% ao ano, porém, a entidade utilizou uma taxa inferior a partir do exercício de 2009 para concessão de benefícios previdenciários do Plano CPqDPREV.
3. Instada a se manifestar por meio do Ofício nº 2278/2013/CGCP/DIFIS/PREVIC, de 18/06/2013, a entidade apresentou os seguintes argumentos:
 - i. A redação do dispositivo regulamentar, aprovado em 27 de abril de 2006, atualmente em vigor, dispõe: “*art. 51 – A taxa de juros utilizada na avaliação atuarial deste Plano de Benefícios é de 6% (seis por cento) ao ano*”.
 - ii. Tal dispositivo está em descompasso com a legislação de regência, notadamente a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, cujo Regulamento anexo, tratando dos parâmetros técnicos-atuariais dos planos, previa: “*4 – A taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios é de 6% (seis por cento) ao ano ou a sua equivalência mensal, devendo ser observada sua sustentabilidade no médio e longo prazos*”.
 - iii. O texto regulamentar, ao prever taxa de juros específica, de forma taxativa, e não como teto percentual, diferentemente do que tratou a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, acabou inviabilizando a mobilidade da taxa, em prejuízo da avaliação de sustentabilidade ao longo do tempo;
 - iv. Somente a partir da reavaliação atuarial ocorrida em 2009, verificou-se ser necessário o ajuste da taxa de juros, para fins de manter o equilíbrio atuarial do plano, assim a taxa foi reduzida para 5,75% com base nos testes de aderência realizados para tal fim. Com a alteração da taxa de juros, o texto regulamentar ficou desatualizado indicando uma taxa incompatível com as necessidades do plano;
 - v. Por disposição legal, o que determina a avaliação anual do plano de custeio são suas necessidades atuariais, determinadas por critérios técnicos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador e, portanto, sujeitas a variações, visando a manutenção do equilíbrio do plano, não se admitindo assim condições preestabelecidas em regra regulamentar;

DESPACHO nº 35/2013/DIFIS/PREVIC

PROCESSO Nº: 44011.00285/2013-58
RECORRENTE: Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR
RECORRIDO: Fundação SISTEL de Seguridade Social – SISTEL
ASSUNTO: Denúncia – descumprimento de regulamento

1. Trata-se de recurso apresentado pela Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (ANAPAR) por meio do Of. 111/13, datado de 25/09/2013, protocolado sob o comando SIPPS nº 371357710, contra a decisão do Coordenador-Geral de Controle de Processos (CGCP) que indeferiu a denúncia apresentada em face da SISTEL.
2. De acordo com a denúncia apresentada pela ANAPAR a Fundação SISTEL estaria em situação irregular uma vez que o artigo 51 do Regulamento do Plano de Benefícios determina que a taxa de juros utilizada na avaliação atuarial seja de 6% ao ano, porém, a entidade utilizou uma taxa inferior a partir do exercício de 2009 para concessão de benefícios previdenciários do Plano CPqDPrev.
3. Instada a se manifestar por meio do Ofício nº 2278/2013/CGCP/DIFIS/PREVIC, de 18/06/2013, a entidade apresentou os seguintes argumentos:
 - i. A redação do dispositivo regulamentar, aprovado em 27 de abril de 2006, atualmente em vigor, dispõe: “*art. 51 – A taxa de juros utilizada na avaliação atuarial deste Plano de Benefícios é de 6% (seis por cento) ao ano*”.
 - ii. Tal dispositivo está em descompasso com a legislação de regência, notadamente a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, cujo Regulamento anexo, tratando dos parâmetros técnicos-atuariais dos planos, previa: “*4 – A taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios é de 6% (seis por cento) ao ano ou a sua equivalência mensal, devendo ser observada sua sustentabilidade no médio e longo prazos*”.
 - iii. O texto regulamentar, ao prever taxa de juros específica, de forma taxativa, e não como teto percentual, diferentemente do que tratou a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, acabou inviabilizando a mobilidade da taxa, em prejuízo da avaliação de sustentabilidade ao longo do tempo;
 - iv. Somente a partir da reavaliação atuarial ocorrida em 2009, verificou-se ser necessário o ajuste da taxa de juros, para fins de manter o equilíbrio atuarial do plano, assim a taxa foi reduzida para 5,75% com base nos testes de aderência realizados para tal fim. Com a alteração da taxa de juros, o texto regulamentar ficou desatualizado indicando uma taxa incompatível com as necessidades do plano;
 - v. Por disposição legal, o que determina a avaliação anual do plano de custeio são suas necessidades atuariais, determinadas por critérios técnicos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador e, portanto, sujeitas a variações, visando a manutenção do equilíbrio do plano, não se admitindo assim condições preestabelecidas em regra regulamentar;

- vi. Ressalta que o art. 73 do Decreto nº 4942/2003 imputou penalidade específica aplicável quando do descumprimento das premissas atuariais sustentáveis dos Planos de Benefícios;
 - vii. A alteração do art. 51 do Regulamento do Plano CPqDPrev foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da SISTEL desde julho de 2010 e está em andamento na PREVIC;
 - viii. Por fim, enfatiza que a redação do art. 51 do Regulamento não tem o condão de sobrepor a legislação que regula a taxa de juros atuarial, sendo que eventual divergência deve ser entendida mais como uma desatualização, passível de ajuste e correção do que um descumprimento de norma regulamentar.
4. Por meio do Despacho nº 417/2013/DIFIS/PREVIC, de 03/09/2013, a Coordenação-Geral de Controle de Processos (CGCP) desta DIFIS, julgou improcedente a denúncia da ANAPAR em face dos seguintes argumentos:
- i. A redução na taxa de juros nos moldes aprovados pela SISTEL encontra ressonância nos dispositivos legais da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 09/2012, uma vez que as alterações introduzidas no item 4 do regulamento daquela resolução impuseram uma redução progressiva da taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, partindo de 6% que vigia antes, passando a ser obrigatória sua redução anual até chegar ao patamar de 4,5% em 2018;
 - ii. A adoção da taxa real de juros deverá ser justificada pela EFPC com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios;
 - iii. A necessidade de aperfeiçoamento da legislação veio da própria realidade das atuais mudanças no comportamento das taxas reais de juros do mercado, em franco declínio nos últimos anos, o que demanda, para a sustentabilidade no longo prazo dos planos de benefícios, um constante monitoramento e ajustes, quando necessário;
 - iv. A aprovação da taxa de juros de 3,8% pela SISTEL se vê em perfeita harmonia com as normas regentes do sistema de previdência complementar fechado, independentemente de constar uma taxa fixa de 6% ao ano em seu regulamento, pois este não pode se sobrepor a uma norma maior;
 - v. A rigor, se se admitisse um descumprimento de cláusula regulamentar, pela adoção dessa taxa de juros, e determinasse seu ajustamento, estar-se-ia fazendo, por outro lado, com que a entidade descumprisse o art. 18 da Lei Complementar nº 109/2001;
 - vi. Desse modo, o que seria mais lógico, nessas circunstâncias, seria a determinação para que a entidade promovesse ajuste no regulamento, de modo a permitir a utilização da taxa de juros aderente à massa do plano.
5. Por meio dos Ofícios nº 3914 e 3915/2013/CGCP/DIFIS/PREVIC, de 05/09/2013, as partes foram cientificadas da decisão da CGCP/DIFIS.
6. Inconformada, a ANAPAR apresentou recurso por meio do Of. 111/13, datado de 25/09/2013, com os seguintes argumentos:

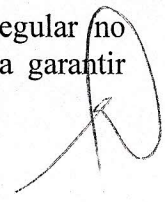
Previdência Social 90 anos.

Cada vez mais Presente no Futuro dos Brasileiros.

- i. A entidade vem utilizando desde 2009 taxas de juros decrescentes, reduzindo, no momento de cálculo, o valor dos benefícios por conta da taxa de juros atuarial utilizada a cada concessão, diferente daquela disposta no Regulamento do Plano de Benefícios;
 - ii. O Plano CPqDPrev é estruturado na modalidade de contribuição variável, logo o cálculo dos benefícios, que são obtidos com base no saldo de conta do participante e leva em conta a projeção de rentabilidade dos ativos, sofrem um prejuízo permanente com a redução da taxa real de juros;
 - iii. A entidade tem obrigação fiduciária de conceder benefícios em conformidade com o previsto no regulamento;
 - iv. A legislação determina que as alterações nos Regulamentos dos Planos de Benefícios só podem ser aplicadas a partir de sua aprovação pelo órgão fiscalizador e se caracteriza como infração passível de aplicação do regime disciplinar;
 - v. A entidade optou por descumprir o Regulamento do Plano, reduzindo os benefícios dos participantes, sem respeitar o direito adquirido;
 - vi. A adoção deste procedimento representa desrespeito ao contrato previdenciário e compromete a credibilidade de todo o sistema, abrindo espaço para o sistemático descumprimento regulamentar com base em avaliações subjetivas do gestor.
7. Vieram os autos a esta Diretoria de Fiscalização (DIFIS) para analisar a matéria em grau de recurso.
8. Diante dos fatos analisados à luz da legislação que rege o sistema de previdência complementar fechado utilizamo-nos dos seguintes argumentos para fundamentar a decisão desta DIFIS:
- i. Não há ambiguidade no entendimento do comando legal de que os planos de benefícios atenderão a padrões mínimos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, com o objetivo de assegurar transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial;
 - ii. As premissas atuariais, somadas às hipóteses econômicas e financeiras servem para dimensionar o custeio necessário para honrar os compromissos do Plano de Benefícios. Desse modo, as reavaliações atuariais são de extrema importância para verificar a aderência dessas premissas à realidade da massa;
 - iii. A entidade registra em sua defesa que a revisão da taxa de juros em 2009 (5,75%) e que novamente ocorreu em outras reavaliações atuariais (2010 – 5,50% e 2012 – 3,80%), era medida que se impunha ao Plano de Benefícios, sendo tais taxas suportadas pelos respectivos testes de aderência, considerando a sustentabilidade destas no médio e longo prazos;
 - iv. O Regulamento do Plano de Benefícios, devidamente aprovado pela PREVIC, passa a surtir efeitos a partir da data de sua aprovação. A prática adotada pela entidade está em desacordo com as previsões regulamentares que define, expressamente, a taxa de juros que deverá ser utilizada na avaliação atuarial;
 - v. A prévia e expressa aprovação dos regulamentos e a inscrição regular no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB contribuem para garantir segurança jurídica e publicidade aos planos;

Previdência Social 90 anos.

Cada vez mais Presente no Futuro dos Brasileiros.



- vi. O contrato de previdência complementar, sendo uma espécie do gênero contrato, está subordinado aos princípios gerais do direito obrigacional;
 - vii. A relação estabelecida no âmbito da previdência complementar, de natureza autônoma, privada e contratual, regido pela legislação do sistema e norteado pelas regras estatutárias e regulamentares aprovados pelo órgão supervisor;
 - viii. No caso em tela, não há que se falar em Regulamento aprovado em desacordo com a legislação vigente à época ou que se trata de uma desatualização de uma eventual divergência, passível de ajuste e correção, mas de adoção de práticas em desacordo com o estabelecido no Regulamento do Plano de Benefícios.
9. Desse modo, e em favor da segurança jurídica, acolhemos a denúncia para, no mérito, entender que é procedente. A entidade deverá observar o cumprimento do regulamento, corrigindo, no prazo de 90 (noventa) dias, os atos decorrentes da adoção de taxa de juros divergente do constante do regulamento.
10. Restitua-se os autos à CGCP para ciência.
11. Expeça-se ofício às partes comunicando o inteiro teor da presente decisão.
12. Após, remeta-se o processo para a CGFD acompanhar o cumprimento da determinação constante do item 9.

Brasília-DF, 12 de dezembro de 2013.



Sérgio Djundi Taniguchi
Diretor de Fiscalização